OS V JOGOS MUNDIAIS MILITARES NO BRASIL E A REINSERÇÃO DO ESPORTE MILITAR NA POLÍTICA ESPORTIVA NACIONAL.

Frederico J. S. Guirra¹, Lino Castellani Filho²

- 1. Professor do Curso de Educação Física Campus Araguaia UFMT; *fredguirra@uol.com.br
- 2. Professor Livre-Docente aposentado, FEF/Unicamp; Professor-Visitante FEF/UnB

Palavras Chave: Esporte Militar, Megaeventos, V Jogos Militares.

Introdução

As duas primeiras décadas do século XXI vêm reservando ao Brasil uma série de megaeventos esportivos iniciados em 2007 com os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, seguidos da realização da V edição dos Jogos Mundiais Militares (JMMs), em 2011, da Copa das Confederações e da Gymnasíade, em 2013 e do Mundial de Futebol FIFA, em 2014, ainda vindo à frente os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, em 2016, a Copa América de Futebol, em 2017 e da Universíade, em 2019. Esses megaeventos integram as estratégias governamentais brasileiras para a almejada inserção protagônica do país cenário mundial, movimento em um reposicionamento geopolítico definidor, para tanto, de uma sincronia entre a agenda definida pelos segmentos conservadores do campo esportivo brasileiro - por si só, conservador — e a "nova" ordem político-econômica mundial, configurativa muito mais do quadro atendimento dos interesses do desenvolvimento urbano centrado na lógica dos negócios, do que propriamente daquele vinculado à materialização de uma política esportiva. Essas ideias constituem o ponto de partida do presente estudo, que versa sobre o Esporte Militar, no Brasil, das quais deriva a questão central que norteia a pesquisa: Qual o atual lugar do Esporte Militar na política esportiva brasileira? A resposta a esse questionamento concretiza o objetivo geral deste estudo, ou seja, analisar a estratégia de sua reinserção na política esportiva, tendo os V JMMs como elemento canalizador de suas ações, no âmbito dos megaeventos esportivos.

Resultados e Discussão

As questões foram enfrentadas a partir dos dados obtidos em uma pesquisa de cunho documental/bibliográfico, tendo como referencial teórico o Materialismo Histórico-Dialético e ancorada em peças orçamentárias, dispositivos normativos, matérias jornalísticas, por meio dos quais se pretendeu desvelar as entrelinhas do discurso acerca da realização de uma edição dos JMMs no Brasil. Para dar conta de tal tarefa, o caminho percorrido incluiu os seguintes objetivos específicos: i) partindo da realização da V Edição dos JMMs, retornar às quatro edições anteriores, identificando a participação do Esporte Militar Brasileiro, em diálogo com a política esportiva, à época de cada uma delas; ii) analisar o "dia seguinte" aos JMMs, os investimentos realizados, seus legados, a preparação brasileira para as Olimpíadas de Londres, em 2012, os JMMs em 2015 e os Jogos Olímpicos, em 2016; iii) analisar criticamente a realização dos Jogos Mundiais Militares no Brasil à luz do referencial teórico adotado

Conclusões

Foi possível constatar que o posicionamento estratégico das Forças Armadas junto ao Governo Federal e às entidades de administração do esporte nacional, por meio da realização dos JMMs, no Brasil, fez parte de um planejamento muito bem articulado, voltado à desoneração dos Jogos Olímpicos de 2016, e à expansão do esporte de alto rendimento, por meio dos Programas de cunho esportivo do Governo Federal, em que os militares figuram como parceiros, derrubando a tese de que os JMMs serviram apenas como evento-teste para a realização da Copa do Mundo FIFA, em 2014, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão, em 2016.

BRASIL. Jogos Mundiais Militares no Brasil. Disponível em < http://www.rio2011.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24 6&Itemid =103&lang=pt> Acessado em 12/07/2012.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 6.251 de 08 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.

CASTELAN, Lia Polegato. As Conferências Nacionais do Esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010). 2010. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Faculdade de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2010.

CASTELLANI, F. Educação Física, Esporte e Lazer: reflexões nada aleatórias.Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

Megaeventos Esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da neodesenvolvimentista de planejamento urbano. Motrivivência v. 26, n. 42, p. 98-114, junho/2014

O PT, a política esportiva brasileira e a síndrome de Estocolmo. Campinas, 2009. Disponível em: Acessado em 21/11/2012.

FERREIRA NETO, Amarílio. A Pedagogia no Exército e na Escola: a educação física brasileira (1880 – 1850). Aracruz, ES: FACHA, 1999.

LARDIES, M. Coletânea de leis e regulamentos dos desportos. Porto Alegre: Livraria Sulina Editôra, 1971, 6.ed.

MASCARENHAS, Fernando. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 18, n.01, p. 39-67, jan/mar de 2012.

et al. O Bloco Olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. Curitiba: Revista ALESDE, V. 02, nº 2, 2012, p.15-32.

VAINER, Carlos. Prefácio. In MASCARENHAS, Gilmar et al. **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de janeiro; EdUERJ, 2011. 302 p.